



Licenciatura  
EL 202 –Estrutura e Func. do Ensino Fundamental e Médio  
**Prof. Adriana Momma**

## **Tema: “A Escola: sua dinâmica e seus sujeitos”**

*Ana Cecília Pires de Camargo 011069*

*Ester de Carvalho Vieira 015968*

*Fabio Fogliarini Brolesi 023718*

*Fernanda Dias de Almeida 016061*

*Renata Roveri Cândido 017193*

Campinas  
Outubro/2005

*“A escola não nos ensina a falar uma língua estrangeira nem nossa própria língua, não ensina a cantar ou a servir-nos de nossas mãos e nosso pés; não ensina qual é a alimentação sadia; como conseguir orientar-se no labirinto das instituições; de que modo cuidar de um bebê ou de uma pessoa doente, etc. Se as pessoas não cantam mais, mas compram milhões de discos em que profissionais cantam por elas; se não sabem mais comer, mas pagam o médico e a indústria farmacêutica para tratar dos efeitos da má alimentação; se não sabem como educar os filhos, mas alugam os serviços de educadores diplomados; se não sabem consertar um radinho ou uma torneira, nem como curar uma gripe sem remédio, ou cultivar uma alface, etc, tudo isso acontece porque a escola tem como objetivo inconfessável fornecer às indústrias, ao comércio, às profissões especializadas e ao estado, trabalhadores, consumidores, clientes e administrados sob medida”. (Freire, 1984)*

## **INTRODUÇÃO**

Para entender o que significa o espaço da escola é importante conhecer e considerar as concepções de educação, de escola e de sociedade que as pessoas e que o Estado têm. A partir dessas noções podemos compreender qual é a intencionalidade de um projeto-pedagógico, já que todo discurso, toda proposta é permeada de intencionalidade.

Optamos por analisar o espaço escolar por uma perspectiva que tem o papel social da escola como principal questão, além disso discutiremos algumas questões relativas ao conhecimento, buscando entender o que é, para quem é e para que é que a escola ensina o que ensina; falaremos também da questão do acolhimento e das tensões entre o público e o privado.

Vamos trabalhar com as concepções de educação, escola e sociedade presentes nos depoimentos de uma professora e de uma aluna, observadas em nosso estágio; a concepção que norteia a LDB e consideramos interessante, para ampliar nosso entendimento e nossa visão do que é educação, trazer à discussão do que é escola (para quem e para que?) a concepção presente em um contexto de movimento social: a dos militantes do Movimento Sem-Terra.

Em que difere o entendimento de educação de um Movimento social do entendimento do Estado; de uma professora de escola da periferia de uma cidade grande e de uma aluna deste mesmo contexto? De que maneira podem ser observadas essas diferenças? Buscaremos discutir e responder essas questões, mas acreditamos que muitas outras questões poderão ainda ser levantadas, o que enriquece a discussão.

O resumo do relato abaixo, escrito por Sandra da Luz Silva, foi utilizado como ilustração dos pontos abordados no presente trabalho. Na ocasião, Sandra era uma aluna de 17 anos de uma escola estadual no bairro Capão Redondo, na periferia da Zona Sul, em São Paulo. O objetivo da autora era mostrar a situação das escolas públicas da periferia através de um relato simples e sincero.

O relato já foi dividido entre os três pontos em que separamos os textos resultantes dos nossos debates, leituras e experiências: 1) A escola e a apropriação do conhecimento; 2) A escola é um espaço de acolhimento? E 3) O público e o privado

### **Diário de aulas**

#### **1) A escola e a apropriação do conhecimento**

Sandra, assim como a maioria dos alunos que trabalha durante o dia e estuda a noite, chega à escola cansada, necessitando de estímulos positivos que a façam querer estudar e apreender o que lhe é exposto. Porém, ela não encontra tais motivações quando chega a escola.

Durante a sua descrição da rotina em sala de aula, observa-se que o medo (de armas, bombas, traficantes e viciados), a falta de respeito entre alunos e professores, a falta de conhecimento dos professores sobre a disciplina que lecionam, a má conservação física da escola, as inúmeras faltas nas aulas, tanto de alunos como de professores e a má vontade por parte de discentes e docentes, colaboram para um ensino fraco, insuficiente, que está muito aquém do desejado.

Durante o relato de Sandra é comum deparar-se com opiniões do tipo: “*Eu comentei em voz alta que essa prova (ENEM) era perda de tempo, pois todos nós sabemos que o ensino nas escolas públicas está em decadência*”; “*Não tivemos a primeira aula. A segunda aula seria de química, se a professora tivesse vindo*” ou ainda “*Acho que esse ano eu até vou aprender alguma coisa. Pelo menos em biologia, física e, talvez, história*”, o que demonstram a falta de esperança em relação à apropriação do conhecimento.

## **2) A escola é um espaço de acolhimento?**

Sandra também relata o descaso da maioria dos professores em relação aos seus alunos. O medo, os problemas familiares, a falta de interesse, autoridade e respeito, são fatores que contribuem para o professor se afastar das realidades de seus alunos.

Em nenhum momento Sandra relata algum episódio em que o professor procurou entender o lado do aluno, em que procurou algum aluno para conversar, aconselhar e trocar idéias.

Tudo isso contribui para uma distância cada vez maior do professor em relação ao aluno, fazendo com que não haja qualquer ponte entre a realidade do professor e do aluno.

## **3) O público e privado**

Embora Sandra não comente nada sobre o ensino privado, pode-se observar a grande discrepância existente entre esses dois “tipos de ensino”.

O privado destaca-se pela pontualidade, pela abundância de material, na maioria das vezes pelo conhecimento do professor sobre sua disciplina, pela motivação dada à classe sobre a importância de se estudar, enquanto o ensino público geralmente se apresenta conforme exposto acima, totalmente oposto.

Ainda que se sinta desconfortável com a qualidade deste ensino que recebe, reclamando e criticando muitas vezes, ela não se mobiliza para reverter essa situação. Deixando transparecer uma concepção de que, mesmo que tenha influência em sua vida, o espaço público, neste caso a escola, não é de sua responsabilidade.

# **1 – O CONHECIMENTO: O QUE É? PARA QUEM? PARA QUÊ?**

Em campo de estágio, em entrevista com uma educadora, captamos falas que, em suma, contém as seguintes idéias: a) “*Os alunos não querem aprender. Eles só bagunçam*”; b) “*A família não educa e a escola não pode fazer nada*”; c) “*Não dá pra fazer nada com esse dinheiro que recebemos e que a escola recebe*”.

Essas idéias traduzem um certo distanciamento da educadora com a escola, como se ela não fizesse parte do processo educacional. Ela parece mais se perceber “vítima” que “elemento ativo e

construtor” da educação. Nesta leitura de escola, o indivíduo acaba por “responsável” por sua formação, como se o seu “êxito” educacional dependesse de sua vontade, ou não, em “aprender”, ou ser educado. Essa concepção do indivíduo como responsável por sua educação não é exatamente de uma educadora, mas de um movimento governamental, de políticas públicas, que conferem aos cidadãos responsabilidades e deveres que, em tese, deveriam fazer parte dos deveres governamentais, uma vez que a educação, em nossa sociedade, é papel conferido ao aparato estatal. Um papel que ele esforça-se por dividir hoje não só com a iniciativa privada, mas também com a família. Esse esforço não está traduzido apenas na fala da professora, mas explicitado em programas de voluntariado (“Amigos da Escola”) e outros projetos de iniciativa governamental.

Dessa forma, a precariedade da educação, de sua estrutura e funcionamento, e, conseqüentemente, da escola, acabam camuflados por uma família “culpada” pela má formação dos indivíduos.

Quando a professora afirma que os “alunos não querem aprender”, o que será que permeia esta fala? Que concepções estão aí embutidas?

O que será que eles “não querem aprender”? Que tipo de conteúdo a escola tem oferecido aos alunos? Que saber é valorizado na escola e para que?

Paulo Freire escreve em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, que:

*“falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos da sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Por isto mesmo é que uma das características desta educação dissertadora é a “sonoridade” da palavra e não sua força transformadora”* (p.57)

Visões como a que foi colocada na citação acima, encontramos nos documentos, textos e declarações presentes no “Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990 – 2001”, que nos apresenta concepções de educação e de escola diferentes das até então conhecidas por nós, como podemos ver no seguinte trecho:

*“Mas, diferente em quê? A diferença começa nos objetivos da escola. Desde o início, os pais têm clareza de que a escola deve ajudar no avanço da luta. Ou seja, não pode haver separação entre o que está acontecendo no assentamento e o que é trabalhado em sala de aula. A escola deve ser essencialmente prática, fornecendo conhecimentos capazes de influenciar no trabalho e na organização da nova vida.”* (p.18)

Segundo o dossiê, as escolas do contexto dos assentamentos são orgânicas à organização, ao pensamento e à luta do MST e *“Isto é novo. Isto é, de fato, uma autêntica revolução educacional. Trata-se da revisão das formas tradicionais de fazer, de pensar e de dizer a educação do povo, demonstrando na prática quem pode e deve ser o sujeito das mudanças fundamentais para a nossa educação.”* (pp. 11 e 12).

Assim, podemos ver a importância fundamental da relação que deve haver entre a realidade, o cotidiano dos alunos e o que é trabalhado na escola. Esse é uma das principais características das escolas do MST, e que infelizmente, como vimos no relato da aluna Sandra, que não ocorre, ao menos com frequência, em algumas “escolas da cidade”, embora a LDB disponha sobre essa questão no artigo 26 do capítulo II, onde afirma que os currículos devem ter uma base nacional comum, a ser complementada pelas características regionais e locais da sociedade.

Para o MST educação não é sinônimo de escola. A educação é muito mais ampla e tem nas práticas sociais o principal ambiente de aprendizado. Entretanto, reconhecem que a escolarização é um componente importante nesse processo de formação humana e é, acima de tudo, um direito de todas as pessoas. Assim, a luta por escolas nos assentamentos passou a ser também uma convicção do MST. Estas escolas devem preparar os estudantes para transformar o meio rural, o que, segundo o dossiê, não faz as escolas do meio urbano, que preparam o filho do agricultor para sair do assentamento:

*“Por isso passamos a trabalhar por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político e pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito à vida, e na valorização da cultura camponesa.”* (p. 233)

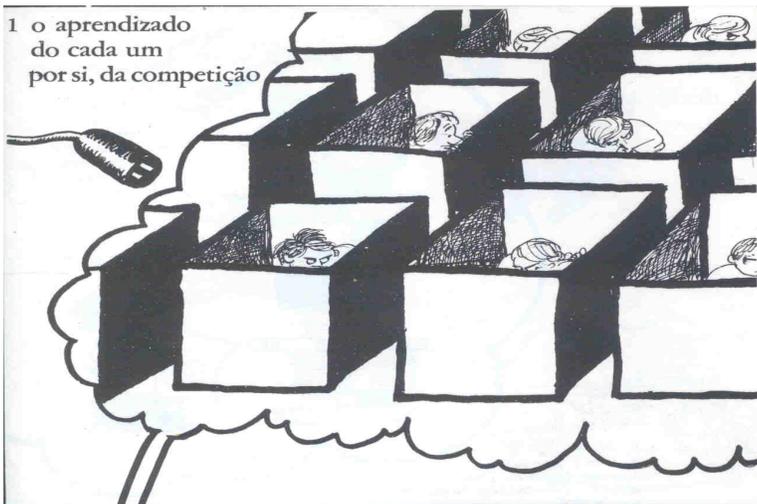
Podemos ver presentes na abordagem que o MST tem da educação muito do que defendeu o educador Paulo Freire, fica muito evidente sua influência no discurso do Setor de Educação do MST, como quando defendem a necessidade de a escola desenvolver nos educandos a capacidade de crítica, a auto-estima e a valorização de seu grupo e principalmente destacam o poder transformador. Estes pontos são desenvolvidos em, entre outros livros de Freire, “Pedagogia da Autonomia”, no qual o autor nos chama a atenção para a importância de a escola criar possibilidades para que o educando reconheça a própria presença no mundo, como sujeito que fala, contata, compara, rompe, avalia, decide e transforma.

Os saberes valorizados nas escolas públicas “normais” (entende-se aquelas que não fazem parte do MST) são os canonizados, científicos, pragmáticos. De fato, são saberes de grande relevância. Mas será que são suficientes para a construção crítica, do ponto de vista da ação política dos indivíduos? A resposta para esta pergunta está na verificação de que poucas práticas e ações escolares conseguem, de fato, a construção, juntamente com os educandos, de uma visão crítica da realidade que

os cerca. Na maioria das vezes a escola, que nasceu como projeto burguês, acaba se “prestando” ao papel de legitimadora da ordem social existente.

No mesmo campo de estágio percebemos a fala de uma aluna, frente à atividade proposta pela professora (os alunos assistiriam a um filme para debatê-lo mais tarde): *“Eu não vim na escola para assistir filminho, eu vim para ter aula”*.

O anseio desta aluna explicita sua concepção de escola enquanto instituição concedente unicamente de “conteúdo” formal, ou teórico, do ponto de vista científico, pragmático. E esta visão parece colocar a escola como responsável por uma formação exclusivamente utilitarista, mercadológica. O anseio dessa aluna, compartilhado por muitos em nossa sociedade, não entende a escola como uma possibilidade de um espaço para a prática da igualdade, liberdade, democracia e solidariedade humana, mas sim, como espaço competitivo, de busca de interesses individuais, e não coletivos.



Essa concepção está de acordo com os princípios mercantis de uma sociedade capitalista, que pouco contribui para mudanças e reflexões (de fato, não é seu interesse). Uma concepção que também é compartilhada subjetivamente pelo governo, uma vez que percebemos práticas educacionais que parecem apenas legitimar a ordem sócio-política estabelecida, não contemplando a escola como local de reflexão e ações que gerem qualquer tipo de alteração na ordem estabelecida de acordo com os interesses das elites brasileiras.

Já nas escolas dos acampamentos e assentamentos do MST, pretende-se mostrar aos alunos que o trabalho deve ser coletivo e é gerador de riquezas, além disso se deve saber a diferença entre relações de exploração e relações de igualdade na lida do campo. As escolas do MST, ao contrário do que fazem muitas escolas que conhecemos no nosso meio, buscam formar trabalhadores que vão transformar o conjunto da sociedade, isto é, não querem apenas formar mão-de-obra para o mercado, mas desenvolver nos educandos a capacidade de pensar a realidade e intervir nela; aprendendo na prática,

refletindo a partir da prática, mas também através do estudo das teorias; estas escolas também proporcionam a iniciação técnica, mas tendo em mente a importância do trabalho democrático e de cooperação, transformador do coletivo.

A questão do trabalho é umas das prioridades das escolas do MST porque há a certeza de que ele é educativo ao lidar com os seguintes elementos: *“apropriação dos resultados do trabalho; gestão democrática dos processos de trabalho; o dar-se conta do que se está fazendo, para quê e para quem.”*. Através da união entre trabalho e escola os alunos podem (e devem) entender a relação entre teoria e prática.

Há, também, uma preocupação para que não se discrimine o trabalho manual, diante do intelectual. Por isso diversos tipos de trabalho são desenvolvidos nas escolas, por exemplo: trabalhos domésticos (ligados à limpeza e alimentação); administração da escola; produção agropecuária e cultura e arte. Por meio de tarefas verdadeiras os alunos passariam a *“enxergar a escola como um lugar que é seu e cujo destino é de sua responsabilidade também.”* (p.101). Voltaremos a falar da responsabilidade dos alunos diante da escola no item 3.



Sabemos que desde os primeiros anos na escola, são privilegiados o verbal, o escrito, o oral, em detrimento das outras formas de expressão: gestual, pictórica, musical. Atividades intelectuais são também colocadas em primeiro plano, em detrimento das atividades manuais. A tira ao lado evidencia esse preconceito tão arraigado na sociedade moderna, que torna a educação exclusivamente utilitarista, mercadológica. O indivíduo deve estudar para ter um emprego “bom”, que garanta algum status. E o individualismo aumenta...

Enguita (1989) faz paralelos entre as relações sociais em voga na educação, bem como as relações sociais de produção capitalista. Nessa linha, o autor desenvolve esse paralelismo em torno dos seguintes aspectos: ordem, autoridade e submissão. Burocracia e impessoalidade. Alienação a respeito dos fins, meios e processos do trabalho. A percepção social e pessoal do tempo. A motivação mediante recompensas. Consciência estratificada.

Enguita ainda nos mostra que, historicamente, a instituição educacional funcionou para instruir mão de obra para trabalhar. Serve então à lógica do capital. O educando aliena-se de seu processo enquanto indivíduo e passa a ser “mais um” que dá sua força de trabalho, gerando um abismo social entre explorador e explorado.

É esta, infelizmente, a lição fundamental da escola: ela nos ensina incansavelmente que o especialista, o intelectual, é o único que detém realmente o saber, que só o saber dá acesso ao poder e que a aquisição desse saber depende do número de anos que cada indivíduo passa na escola, da quantidade de “matéria que foi dada”, e não se houve realmente a apropriação do conhecimento, isto é, se a escola cumpriu o seu papel de *“desenvolver o educando; assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”*, conforme dispõe a LDB 9394/96 capítulo II, artigo 22.

## **2 – ACOLHIMENTO**

O termo acolhimento aqui empregado nada tem a ver com uma conotação afetiva do mesmo. A idéia de acolhimento parte de uma concepção que entende a necessidade do diálogo entre educadores e educandos, para a promoção da construção do conhecimento. Desta forma, o conhecimento é fruto de uma “via de duas mãos”: são respeitados, discutidos e expostos não só os saberes dos educadores, mas os saberes dos educandos.

Lembremos que a aluna Sandra relata em seu diário o descaso da maioria dos professores em relação aos alunos, o que não é de maneira alguma o comportamento que ela, na condição de aluna, gostaria de sentir. È claro que devemos também considerar a situação de trabalho destes professores, entretanto a sua maneira de agir, uma postura reflexiva e crítica do docente frente aos problemas, poderia, melhorar esse ambiente.

Cabe lembrar aqui uma frase de Paulo Freire: *“ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”*. Ao longo do livro “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire define a concepção de educação “bancária” como aquela que deposita, transfere e transmite valores. Daí então, que nela:

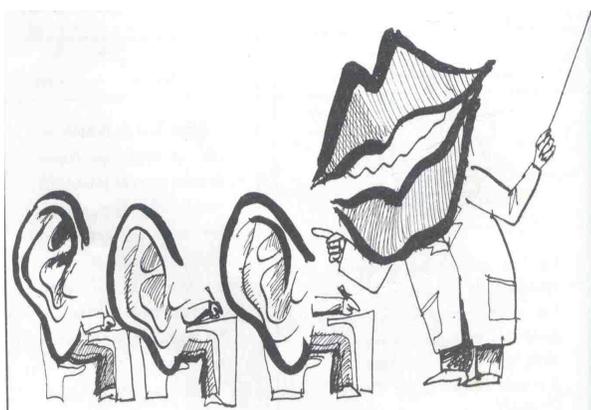
- a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados;
- b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem;
- c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
- d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente;
- e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados

- f) o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos, os que seguem a prescrição;
- g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador;
- h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele;
- i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele;
- j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos.

A escola enquanto fornecedora da educação



bancária não promove um espaço de acolhimento do aluno, e, conseqüentemente, pouco contribui para a sua formação crítica e política.



O dossiê do MST faz menção a importância de os professores das escolas localizadas nos assentamentos serem oriundos do movimento, ou estarem nele engajados:

*“Para se educadora numa escola como esta é preciso se apaixonada pela educação, conhecedora da realidade do campo e sensível aos seus problemas; a favor da Reforma Agrária lutadora do povo e amiga ou militante do MST. É preciso se desafiar a compreender a história do mst e a conhecer as marcas deste Movimento, que é político e pedagógico ao mesmo tempo. Isso implica em procurar entender a cada dia os traços do MST que em seu movimento constrói a sua identidade: o ser Sem Terra.” (p. 209)*

Com isso, entendemos que conhecer e buscar compreender os anseios, as necessidades e expectativas dos alunos, como diria Paulo Freire “ir lendo a leitura de mundo dos grupos com quem trabalho”, é uma forma fundamental de exercer uma prática docente real e efetiva, isto é, capaz de suprir as necessidades “reais” de alunos “reais” e não estereotipados ou padronizados.

As escolas do MST possuem uma pedagogia própria, desenvolvida pelo setor de educação do Movimento, e que está pautada e é direcionada considerando os anseios e necessidades reais e as convicções da comunidade Sem-Terra, como podemos ver no trecho que segue:

*“A nossa escola não deve apenas formar a cabeça das crianças. O trabalho não é tudo. A organização coletiva é importante também para garantir que cada pessoa se desenvolva como um todo.*

*As nossas crianças necessitam aprender a cuidar do corpo e da saúde, a cultivar e a expressar seus afetos em cada gesto, a descobrir o sentido pleno da VIDA em todas as suas manifestações.*

*As nossas crianças necessitam de valores que formem o seu caráter de um jeito diferente daquele que a televisão forma, daquele que as famílias capitalistas formam. As crianças precisam aprender a lutar e a ser firmes na luta. A não perder a sensibilidade e a ternura de quem descobriu e compreendeu o outro. Mas também aprender a se indignar profundamente com qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo.*

*A nossa ESCOLA deve ser SÉRIA. Mas também deve ser ALEGRE. Deve educar SUJEITOS, CIDADÃOS, MILITANTES, criadores do NOVO que teimosamente, sempre surge...*

*Nossos princípios pedagógicos:*

- 1- Todos ao trabalho*
- 2- Todos se organizando*
- 3- Todos participando*
- 4- Todo o assentamento na escola e toda a escola no assentamento*
- 5- Todo o ensino partindo da prática*
- 6- Todo professor é um militante*
- 7- Todos se educando para o novo” (pp.36;37)*

A escola é também um ambiente de construção de valores, como podemos ver entre as linhas metodológicas, encontradas no site do MST.

*“A escola também é um lugar de viver e refletir sobre os valores do novo homem e nova mulher. A sociedade que temos infelizmente degradou a nossa humanidade e nossas relações interpessoais, criando vícios como individualismo, autoritarismo, machismo e falta de solidariedade. Precisa-se reeducar nossa humanidade através destas novas gerações forjadas na luta. A escola, pelas experiências de relacionamento coletivo que proporciona às crianças e aos jovens, pode ajudar a desenvolver os valores do companheirismo, da igualdade, da fraternidade e o próprio valor da busca coletiva e solidária da felicidade, através da luta perseverante pela justiça e pela paz em nosso país e no mundo inteiro”*

Assim, devemos ter em mente que: se os educandos não são ouvidos na escola; se há um incentivo ao individualismo e ao excesso de competitividade; se há relações extremas de autoritarismo e submissão e se a escola impõe conteúdos vazios de significado para seus educandos, possivelmente ela esteja “deseducando” esses jovens.

### **3 – O PÚBLICO E O PRIVADO**

Cartaz exposto no mural da escola E.E. Professora Rosina Frazatto dos Santos, no Satélite Íris, em Campinas:

*“É responsabilidade do Governo que institui uma escola obrigatória de direito a todas as crianças, provê-la de recursos humanos e materiais necessários oriundos dos impostos cobrados a toda a sociedade”.*

Neste cartaz encontramos a idéia de que a educação, e o que a permeia, é responsabilidade pública. E, desta forma, é o Estado que deve prover as condições de estudo, fornecendo todos os recursos materiais e humanos necessários. Essa concepção de escola, oriunda da Constituição, contradiz um certo empenho da própria LDB de redução de gastos e investimentos públicos na escola. Em folheto distribuído pelo governo, na campanha intitulada “Acorda Brasil” encontramos frases como estas:

*“Os professores precisam ter condições para se atualizar; entre outras coisas, você pode: patrocinar a realização de palestras, seminários e cursos de atualização nas escolas, doar livros e assinaturas de jornais e revistas para uso dos professores”.*

*“O trabalho didático utiliza diferentes materiais; entre outras coisas, você pode: doar máquinas de escrever, videocassetes, projetores, televisores, computadores e impressoras, doar equipamentos de esporte, promover a criação de bibliotecas, ludotecas e videotecas”.*

Ao analisarmos frases como estas entendemos que o governo parece não assumir o seu papel de doador e garantidor de uma educação, conferindo a ela conotações filantrópicas. Diferentemente da

idéia contida no cartaz, o governo repassa à sociedade, e até aos educadores, a responsabilidade pela escola e, conseqüentemente, pela educação formal. Esse repasse de responsabilidade é legitimado quando encontramos na LDB, no artigo 208, inciso VII parágrafo I, o seguinte enunciado: “*o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo*”. Essa subjetividade vai de encontro à concepção de escola como direito obrigatório, explicitada no cartaz.

Verificamos ainda no discurso da professora desta escola, mais acima apresentado, a idéia de que nada pode ser feito com a falta de verbas e recursos. De fato, sabemos que as condições não são favoráveis. Mas qual é o papel do educador frente à situação? Qual a concepção de escola de um educador que não se vê parte do processo? Será que, de fato, o educador assumiu seu papel na educação?

Tendo em vista as idéias contidas nas falas da professora, parece que a resposta à última pergunta é “não”. E a partir desta resposta, outra pergunta surge rapidamente: se o governo não assume completamente seu papel de educar, se a família também não assume um papel que não lhe cabe em nossa sociedade, e a escola e educadores fazem o mesmo, quem, afinal, vai assumi-lo?

Através dos textos, do relato e das nossas vivências, nos parece que, no nosso contexto de pessoal, o público não é do povo, isto é a população não tem influência alguma em seu direito à educação. Essa educação é imposta “como é”, como se fosse um favor e ainda que as pessoas reclamem ou falem mal, há pouca mobilização, reivindicação por melhorias ou transformação.

No MST, pelo contrário as causas da escola são causas da comunidade, tanto que um dos princípios é: “*Todo o assentamento na escola e toda a escola no assentamento*”. Talvez por a população MST ter percebido a necessidade de uma escola com sua identidade cultural e ter, juntos, lutado por sua construção, além de já fazer parte de um movimento que luta por direitos, a participação aconteça de maneira mais efetiva.

Através da leitura do dossiê, nos pareceu que nestas escolas a noção do público enquanto direito e responsabilidade de todos se mostra mais evidente, já que, desde cedo as crianças tem o desenvolvimento de exercícios reais de cooperação nas escolas, que passarão a ser atividades de administração da escola, por exemplo.

As pessoas que interagem na escola são: os educandos (crianças, adolescentes e ou jovens do campo e do MST); as educadoras (todas as pessoas que se envolvem no processo de aprendizagem-ensino realizado pela escola – professores, voluntário, funcionários e técnicos), a comunidades, através de assembleias, plenárias, conselho escolar e da coordenação da escola, eleita pelos educandos, educadoras e comunidade.

Importante encerrar destacando que nós não sabemos até que ponto o plano educacional do MST é posto em prática. Não temos dados ou vivências que nos garantam que, assim como acontece no nosso contexto, o que é “bonito no papel” tenha efetiva aplicação.

Ainda assim, acreditamos que as escolas do MST, como estão pensadas, favoreçam a apropriação do conhecimento e desenvolvam a capacidade de os educandos serem sujeitos que podem intervir na realidade, pois assim como as pessoas são inacabadas, “o mundo não é. O mundo está sendo” (Freire, 1996) e precisa de pessoas tenham a consciência de sua presença transformadora e insubmissa nesse mundo.

## **BIBLIOGRAFIA**

Anotações de estágio e de aula

ENGUITA, Paulo Mariano. *A face oculta da escola – educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. *CUIDADO, ESCOLA! – Desigualdade, domesticação e algumas saídas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31ª ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

Setor de Educação do MST. “Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990 – 2001” Caderno de Educação nº 13, edição especial. 1ª edição de ago/2005.